

GUERRA E PAZ NO ENSINO DE HISTÓRIA

Paulo Afonso Zarth e Andréa Becker Narvaes - UNIJUI

A História já foi acusada de “história-batalha”, pela importância dada às guerras nos conteúdos escolares. Nos dias atuais, a guerra continua presente, mas de uma forma muito diferente em sua abordagem. Esta comunicação analisa os resultados de uma pesquisa realizada na rede escolar do ensino fundamental e médio do Noroeste do Rio Grande do Sul, sobre o engajamento político dos professores da área das ciências sociais em torno de temas sociais e políticos presentes no cotidiano, entre os quais a paz e a guerra aparecem com destaque. O engajamento político é entendido neste texto como a atuação do professor em favor de causas de caráter político, discutindo-as em sala de aula, tendo como objetivo desenvolver a consciência crítica necessária aos alunos para a leitura do mundo atual.

Consideramos adequado para nossa investigação o conceito de intelectual engajado utilizado por Pierre Bourdieu, em texto recente:

“...alguém que engaja numa luta política sua competência e sua autonomia específicas e os valores associados ao exercício de sua profissão como os valores de verdade e de desinteresse, ou em outros termos, alguém que se encaminha para o terreno da política, mas sem abandonar sua exigência e sua competência de pesquisador”.¹

As declarações dos professores engajados revelam bastante clareza em relação ao seu papel de ensinar numa perspectiva crítica e engajada politicamente. Esta postura tem se apoiado em uma série de educadores que defendem um ensino baseado na crítica social. Um autor largamente utilizado pelos professores da rede escolar e pelos agentes das políticas públicas de educação é Paulo Freire, cujos textos se constituem em referência indispensável em função da forte presença na formação destes professores.² É útil ainda o comentário de Winock sobre os educadores como intelectuais: “... mais duradouro que os gritos panfletários e os manifestos dos peticionários, é o trabalho cotidiano dos intelectuais

anônimos – particularmente os educadores – que, parece-me, deve ser reconhecido no seio da sociedade democrática.”³

Os dados recolhidos indicam que o engajamento político dos professores e professoras da área das ciências sociais em causas sociais e políticas, no sentido atribuído anteriormente, fazem parte da atividade profissional, embora nem todos atuem nesse sentido.

O engajamento político dos professores é avaliado pelas próprias políticas educacionais oficiais ao sugerirem uma postura crítica e transformadora em relação ao mundo e que questione a realidade social do país. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, no documento dedicado ao ensino de história, refere-se a alunos e professores como “sujeitos críticos da realidade social e como sujeitos ativos no processo de ensino e de aprendizagem”.⁴ Entre os objetivos do ensino fundamental, segundo o mesmo documento, destacamos como exemplo: “Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação”.⁵

Os documentos oficiais do governo estadual do Rio Grande do Sul, da gestão 1999-2002, também destacam o ensino crítico em seus princípios: “educação libertadora, formadora de sujeitos críticos e transformadores da realidade, na perspectiva da construção de uma sociedade justa, democrática e humanista.”⁶

A atuação dos professores no sentido de trazer para a sala de aula temas sociais e políticos da atualidade pode ser inscrita como um exercício de ensino com base na metodologia da chamada história “imediate” ou “atual”. Para os seus seguidores “La historia (*historiografía*) tiene bastante que decir sobre las sociedades en fluencia, sobre las sociedades presentes, y tiene mucha contribución que hacer al análisis social, multifocal, de nuestro tiempo”.⁷ Uma posição mais contundente a favor da História imediata, indica-a como um “chamamento ao compromisso do historiador com o seu tempo”, sugerindo que:

“...ao trazer o presente e o imediato para o campo da análise histórica, o historiador abre possibilidades concretas de intervenção no presente, assumindo compromissos com os atores sociais contemporâneos a ele. O historiador do imediato compromete-se, assim, com o seu próprio tempo.”⁸

Como conseqüência, trata-se de uma proposta explícita de engajamento político no ensino de história e revela que existe uma metodologia para orientar os professores nessa direção. Um exemplo que merece destaque no material recolhido pela pesquisa, é o projeto intitulado “Guerra e paz em tempo de globalização”, reunindo História, Geografia, Filosofia, psicologia e Ensino Religioso, desde a 5ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, desenvolvido por uma escola. A justificativa do projeto é bastante clara em relação ao engajamento dos professores. Depois de fazer um conjunto de considerações críticas em relação à atitude do governo dos Estados Unidos, os professores declaram:

“Nós, professores da área das ciências humanas acreditamos que temos o dever de esclarecer, informar e nos posicionarmos a respeito, oportunizando situações em que os alunos possam posicionar-se desenvolvendo a criticidade. Também acreditamos que não podemos deixar de desenvolver a cultura da PAZ, que é um anseio tão grande da humanidade.”⁹

O texto é claro. Trata-se de um engajamento em favor da cultura da paz e uma militância contra a posição norte-americana de promover a guerra em favor de seus interesses econômicos e políticos. O projeto não é uma simples denúncia, seu enfoque conceitual é a cultura da paz, conforme se explicita claramente nos objetivos.¹⁰ Paralelamente, outros conceitos fundamentais para as ciências sociais são trabalhados, de acordo com os objetivos específicos: “oportunizar situação em que o educando seja capaz de compreender conceitos como Globalização, imperialismo etc...”.¹¹

O caráter de engajamento se revela maior na medida em que o projeto transcende a sala de aula e a escola e vai para a rua, envolvendo a comunidade local. A estratégia de mobilização envolveu uma caminhada pela paz, culto ecumênico e palestras, numa ampla demonstração política.

A escolha do tema indica a forte influência da mídia no ensino das ciências sociais. Os conceitos anunciados poderiam ser estudados em quaisquer outras circunstâncias, mas diante da presença da guerra do Iraque no cotidiano dos alunos, através da mídia, motivou a escolha do tema tanto para aprendizagem conceitual como objeto de engajamento político. É importante perceber que este evento distante do local, sem conseqüências diretas no lugar, tenha adquirido tamanha repercussão. Este fenômeno revela a forte relação espacial entre os mais diversos locais do mundo, expressa através de uma preocupação de caráter planetária por parte dos professores e propiciada pelas modernas tecnologias de comunicação.

Entre as instituições não escolares presentes nas ações dos professores destaca-se a igreja católica, através da CNBB. Além da revista Mundo Jovem, fonte de inúmeros artigos alternativos utilizados em sala de aula, encontramos um conjunto de textos organizados pela CNBB regional para formação política. Nas primeiras páginas do documento, um texto de Dalmo Dallari indica a necessidade de participação política como inerente à natureza humana e essencial para a vida. O capítulo seguinte leva o sugestivo nome de “Fé cristã e engajamento político” e inicia com um artigo de Frei Betto intitulado “política ferramenta do reino”, com argumentos baseados na Bíblia.¹²

A presença da igreja neste contexto é de fundamental importância, considerando sua credibilidade popular e sua inserção na comunidade. Percebe-se que o ensino das ciências sociais acaba mesclando o programa específico da área com os programas de formação política da igreja, demonstrando que o ensino vai muito além do currículo formulado na instituição escolar.

A atuação dos sindicatos de professores também estimula seus associados ao engajamento político. Um bom exemplo são as “aulas de cidadania”, que constituem um suplemento inserido no Boletim Informativo Sineta, do Sindicato dos professores estaduais do Rio Grande

do Sul (CPERS/Sindicato), como sugestão para trabalhar em sala de aula. As sugestões das “aulas de cidadania” revelam o engajamento do sindicato em questões sociais mais amplas que transcendem a luta sindical específica da classe do magistério: “Porque o papel da escola não é reproduzir simplesmente os ensinamentos e acúmulos passados. Ela deve despertar a capacidade de análise e o senso crítico, também sobre o presente, que será a base para o nosso futuro”¹³

A justificativa do CEPERS para esta atuação indica uma clara disputa do sindicato contra a mídia dominante, contra a qual tece duras críticas. Trata-se de uma disputa pela consciência política e pela mobilização em torno de questões sociais que “só acontecerão realmente com a pressão e a mobilização popular. O objetivo desta aula é debater alguns desses temas”.¹⁴ Ou seja, a proposta é levar para a sala de aula um engajamento político dos professores em torno de causas sociais

A guerra do Iraque mereceu atenção especial do CEPERS e serviu de motivação para tratar de alguns conceitos importantes para as ciências sociais. A noção de espaço de lugar e mundo numa perspectiva ampla trazendo para a sala de aula um problema que mesmo longe do lugar faz parte do cotidiano dos alunos através da mídia que invade todas as casas através dos noticiários, onde ocupa amplo espaço e destaque.

Uma campanha pela paz surgiu como reação a guerra do Iraque. O Boletim Informativo Sineta, de março de 2003, traz como destaque o III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, noticiando falas e atos de ativistas e intelectuais de diversos países do mundo. Destaca a presença de pacifistas norte-americanos e israelenses, procurando indicar que o tema é de toda a humanidade, embora alguns governos sejam responsabilizados mais diretamente pelas guerras.¹⁵ O texto da “aula de cidadania” tem como chamada: “Não à guerra de Bush contra o povo iraquiano!” e faz uma análise histórica da guerra iniciada por Bush pai, em 1991, contra o Iraque. O texto analisa ainda aspectos econômicos e políticos

dos dois países, listando as diferenças sociais, o poderio militar e um suposto autoritarismo norte-americano frente a muitos países e organizações mundiais como a ONU. O conteúdo da aula proposta considera como causas da guerra o controle, pelo governo do Estados Unidos, da imensa reserva de petróleo iraquiana e do território estratégico deste país, com objetivo de controlar o mundo oriental. Além disso, a matéria tece considerações sobre os interesses das indústrias de armas, a intenção de desviar a atenção dos trabalhadores norte-americanos e um conjunto de conseqüências sociais, ambientais e econômicas resultantes da guerra.

Em relação aos Estados Unidos, é visível uma posição antiamericana por parte dos sindicatos, ainda que tentem fazer uma ressalva entre o governo deste país, entendido como controlado por grupos poderosos, e os seus trabalhadores. A revista Informação do SINPRO Noroeste, de junho de 2002, ao discutir a formação da ALCA, acusa em seu editorial o governo dos Estados Unidos de tentativa de recolonização da América Latina, utilizando o poder bélico para assegurar sua condição de império.¹⁶

Conclusões

Com freqüência, os professores da área das ciências sociais são acusados de militantes políticos partidários ou ideológicos quando podem estar apenas exercendo sua atividade com competência e responsabilidade. Porém, o engajamento político, entendido como a participação dos professores nos debates dos grandes temas políticos do mundo atual, faz parte da atividade profissional da área das ciências sociais – História, Geografia e Sociologia. No entanto, existem algumas dificuldades para a prática deste engajamento considerando que os temas políticos são polêmicos e nem sempre há unanimidade na comunidade escolar a respeito de alguns deles ou da abordagem que os professores adotam. É claro que muitos cidadãos apóiam, ainda que com restrições, a ação dos Estados

Unidos no Iraque, por exemplo, enquanto outros não estão interessados na vida e nas condições dos chamados excluídos, que são temas tratados nas escolas. Assim, o engajamento torna-se um enfrentamento com parte da sociedade que defende ou apóia interesses diferentes dos professores ou dos sindicatos dos profissionais da educação. Este posicionamento crítico dos professores frente aos problemas sociais e a maneira de abordá-los em sala de aula, levando os alunos a construírem um posicionamento crítico, marca o caráter político do ensino das ciências sociais.

Notas:

Agradecemos a colaboração dos professores e professoras da rede escolar que colaboraram com o projeto e os alunos de iniciação científica financiados pelo CNPq.

¹ BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001. p. 37. (tradução de André Telles)

² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999 e FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

³ WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000. p. 801

⁴ MEC. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. História*. Brasília, 1998. (apresentação)

⁵ MEC. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. História*. Brasília, 1998. (Objetivos do ensino fundamental)

⁶ GOVERNO DO Rio Grande do Sul. Secretaria da Educação. *Princípios e diretrizes para a educação pública estadual*. Porto Alegre: Corag, 2000: p. 33

⁷ SOTO GAMBOA, Angel. *historia del presente: estado de la cuestión y conceptualización* in: revista electrónica: historia actual on line. ISSN 1690-2060. www.hapress.com. Acesso em 13/03/2004

⁸ PADRÓS, Enrique Serra e RODRIGUES, Gabriela. *História imediata e pensamento único: reflexões sobre a História e o ensino de História*. In: HELFER, Nadir e LENSKIJ, Tatiana. *A Memória e o ensino de História*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC E ANPUH/RS. 2000. p. 137

⁹ In: NARVAES, Andréa B. e ZARTH, Paulo A. *Ciência e militância política no ensino das ciências sociais: Relatório Técnico*. Ijuí: Unijuí, Departamento de ciências sociais. 2005. (não publicado)

¹⁰ O conceito de cultura de paz utilizado aqui é o da UNESCO “conjunto de valores, atitudes, tradições, modos de comportamento e modos de vida baseados no respeito pela vida, fim da violência e promoção e prática de não-violência através da educação, diálogo e cooperação; igualdade de direitos e oportunidades iguais para homens e mulheres, liberdade de expressão, opinião e informação; adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações.” (UNESCO. *International Year for the culture of peace – 2000*. <http://www.unesco.org/bpi/paix2000/res.htm>.)

¹¹ NARVAES, A. B. e ZARTH, P.A. *Op. cit.*

¹² Escola Cristã de Educação política. CNBB regional III. *Coletânea de textos*. Santa Maria, 1999

¹³ CEPERS. *Boletim Informativo Sineta, Aula de Cidadania*, março de 2003.

¹⁴ CEPERS. *Boletim Informativo Sineta, Aula de cidadania*, maio de 2003.

¹⁵ CEPERS. *Boletim Informativo Sineta, Aula de Cidadania*, março de 2003.

¹⁶ *Revista Informação*. Ijuí; Sindicato dos professores do Noroeste do Rio Grande do Sul. ANO XVIII, No. 29. Junho de 2002. Editorial “O mapa ameaçado”. p. 3.